



ÁREA TEMÁTICA: Migração, etnicidade e racismo

Imigração em territórios fronteiriços

ALBUQUERQUE, José Lindomar

Doutor em Sociologia

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

joselindomar74@gmail.com

Resumo

A imigração fronteiriça pode ser compreendida como os deslocamentos populacionais nas zonas de fronteiras entre países vizinhos. Os imigrantes fronteiriços, com exceção das ocasiões de guerra ou outros conflitos diplomáticos entre a nação de origem e de destino, continuam mantendo muitos contatos com seu país. Alguns dos imigrantes brasileiros no Paraguai, por exemplo, visualizam o território nacional do outro lado do rio ou da rua em áreas de “cidades gêmeas”. Além disso, os sinais dos canais de televisão brasileiros alcançam a ampla zona de fronteiras onde vivem os “brasiguaios” (como são geralmente conhecidos os brasileiros que vivem no Paraguai) e ampliam os raios das “imaginação nacional”. Esses fluxos migratórios podem ser compreendidos a partir do conceito de *fronteiras em movimento*, noção que visa problematizar e sintetizar as concepções de frente de expansão, limites jurídicos, fronteiras políticas e culturais e hibridismo cultural. Diante da complexidade e heterogeneidade desta imigração fronteiriça, seleciono três tópicos de discussão para os fins deste trabalho: 1) a relação entre nação e migração fronteiriça; 2) a noção de fronteiras em movimento; 3) A relação entre nação, etnia, classe e civilização neste contexto específico de zonas de fronteiras.

Palavras-chave: imigração, fronteira, nação, classe, identidade.





IMIGRAÇÃO EM TERRITÓRIOS FRONTEIRIÇOS

A imigração fronteiriça apresenta singularidades em relação às imigrações internacionais de longa distância e às migrações em contextos nacionais. Em um sentido amplo, os processos migratórios são deslocamentos fronteiriços, pois os contatos com outras realidades sociais criam barreiras e produzem travessias e fluxos culturais. De uma maneira mais específica, entendendo a imigração fronteiriça como os deslocamentos populacionais nas zonas de fronteiras entre países vizinhos. Os imigrantes fronteiriços, com exceção das ocasiões de guerra ou outros conflitos diplomáticos entre a nação de origem e de destino, continuam mantendo muitos contatos com seu país e permanecem se comunicando em seu idioma nativo. Além disso, os sinais dos canais de televisão e das ondas dos rádios dos países limítrofes alcançam essas zonas de fronteiras e ampliam os raios das “imaginações nacionais”.

Neste trabalho, analiso a imigração de brasileiros na região da fronteira do Paraguai com o Brasil. A imigração brasileira no Paraguai principia no final dos anos de 1950, se intensifica nas décadas de 1960 e 1970 no contexto de construção da Hidrelétrica de Itaipu e continua em novos fluxos nos últimos anos. A quantidade de brasileiros no país vizinho é imprecisa, mas as estimativas indicam que se trata da maior migração de brasileiros para uma nação fronteiriça e a segunda maior “comunidade” no exterior, só perde para a quantidade de brasileiros nos Estados Unidos. Segundo os dados do Ministério das Relações Exteriores em 2002, dos 545.886 brasileiros que se encontram nos países da América do Sul, 459.147 estão no Paraguai. Esse país concentra de longe a maior quantidade, ou seja, mais de 4/5 de todos os imigrantes brasileiros que vivem nos países vizinhos.

Os imigrantes brasileiros no Paraguai vieram predominantemente dos três estados do sul do Brasil: Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Conforme a estimativa da CNBB, entre 1972 e 1977 estes imigrantes eram constituídos por 63% de paranaenses, 18% de catarinenses, 12% de gaúchos e 7% de mineiros e nordestinos. Os imigrantes brasileiros no Paraguai fazem parte de dois amplos processos migratórios no interior do Brasil: um movimento vindo do Rio Grande do Sul em direção a Santa Catarina, Oeste do Paraná e Mato Grosso do Sul; um outro fluxo vindo do Nordeste e Minas Gerais em direção ao estado de São Paulo e depois para o Norte e Oeste do Paraná. Essas migrações são fundamentalmente compostas por famílias de camponeses. As famílias dos dois fluxos migratórios ocuparam posições sociais diferentes tanto no Oeste do Paraná, Mato Grosso do Sul como no Leste do Paraguai nos ciclos do café, da menta e da soja. Os nordestinos e mineiros foram e são principalmente peões, arrendatários e posseiros nestas frentes de expansão, enquanto que os sulistas se tornaram majoritariamente colonos, pequenos e médios proprietários, especialmente em território paraguaio.

A mecanização da agricultura e a concentração fundiária na sociedade brasileira foram os principais fatores de “expulsão” de arrendatários, posseiros e pequenos agricultores brasileiros, enquanto que o baixo preço da terra e dos impostos e as facilidades de créditos agrícolas no Paraguai foram alguns dos mecanismos de “atração”.

Os brasileiros, de diferentes estados brasileiros, entraram no Paraguai principalmente através do limite entre o estado do Paraná e o departamento do Alto Paraná e na “fronteira seca” entre o estado de Mato Grosso do Sul e os departamentos de Canindeyú e Amambay. Os principais lugares de entrada e de saída de brasileiros são a Ponte da Amizade, o lago Itaipu e vários pontos do limite internacional entre Canindeyú e Mato Grosso do Sul. Principalmente na década de 1970, vários caminhões de mudança atravessavam o limite todos os dias, uns ficavam nas cidades e vilas fronteiriças e outros desapareciam no mato, cobertos pela poeira vermelha das primeiras estradas.



Os imigrantes se concentram principalmente nos departamentos (correspondentes aos estados brasileiros) paraguaios que são limítrofes com o Brasil (Alto Paraná, Canindeyú e Amambay) e também nos departamentos de Itapua, Caaguazu e Caazapá. Conforme dados do último censo Paraguai de 2002, somente 81.592 imigrantes brasileiros foram registrados (dados bastante distintos daqueles do Ministério das Relações Exteriores do Brasil), destes 72.795 vivem nesses departamentos, sendo 37.226 no Alto Paraná, 16.171 em Canindeyú, 5.954 em Amambay, 5.253 em Itapua, 4.184 em Caaguazu e 2.308 em Caazapá (Paraguay, 2004, p. 179).

Nessas regiões se formaram, ao longo das quatro últimas décadas, várias colônias e cidades onde predominam a língua portuguesa, os canais de televisão, as músicas e tradições culturais do Brasil. O forte poder econômico, político e cultural dessa imigração fronteiriça tem produzido uma reação do movimento camponês, políticos de oposição, intelectuais, jornalistas e religiosos do Paraguai. Os confrontos entre as frentes de expansão brasileiras e alguns setores da sociedade paraguaia têm gerado vários conflitos, novas formas de integração, disputas de identidade e representações variadas sobre os brasileiros e os paraguaios.

Diante da complexidade e heterogeneidade desta imigração fronteiriça, seleciono três tópicos para os fins deste trabalho: 1) a relação entre nação e migração fronteiriça; os sentidos de fronteiras sintetizados na noção de fronteiras em movimento; 3) A relação entre nação, etnia, classe e civilização nos contextos de conflitos nas zonas de fronteiras.

1. As fronteiras das nações

Os estudos sobre os processos de migração no mundo contemporâneo ajudam a repensar o próprio conceito de nação. As teses clássicas sobre a nação, desde o final do século XIX, estão centradas na refutação de elementos objetivos na definição da nação (língua, religião, fronteiras naturais, interesses econômicos etc) e na afirmação da nação como uma entidade política e cultural profundamente histórica (Renan, 2000, Bauer, 2000). Esses trabalhos geralmente estudam as experiências das formações das nacionalidades européias a partir da discussão do princípio de nacionalidade (uma nação, um Estado), das instituições sociais formadoras de uma cultura em comum (escola, exército, democracia, imprensa, romance moderno etc) e dos movimentos políticos de libertação nacional (Hobsbawm, 1990, Bauer, 2000).

A ampla maioria destas pesquisas reconhece as mudanças históricas que ocorrem no “caráter nacional”, nas identidades culturais de um país no decorrer do tempo. São trabalhos que questionam a naturalização da nação, os essencialismos na demarcação das identidades nacionais. Entretanto, essas interpretações consagradas terminaram pensando a nação como algo delimitado, fixa sobre determinados territórios, imaginações nacionais associadas às representações dos mapas, dos censos e dos museus históricos.

Um olhar para o significado das nações desde a perspectiva das migrações internacionais altera nossos horizontes espaciais. As nações são formas culturais e políticas em movimento, tanto no sentido histórico, como espacial. Apesar de todos os controles dos denominados territórios nacionais, os imigrantes alteram os mapas simbólicos das nações e redefinem as representações nacionais. A aparente fixidez dos limites políticos dos Estados nacionais sempre se choca com a mobilidade das populações. As nações modernas são formadas a partir de vários movimentos migratórios que terminam modificando padrões políticos e culturais e redefinindo as fronteiras nacionais. Os imigrantes são estrangeiros que aparentemente estão como provisórios em uma determinada sociedade receptora, mantém variados elos culturais e sentimentais com suas nações de origem, mas geralmente se tornam permanentes e se integram de diferentes formas a essa nova nação (Sayad, 1998).



As pessoas freqüentemente se tornam mais nacionalistas quando estão vivendo no exterior e continuam estabelecendo vários vínculos sentimentais e comunicacionais (através do telefone, da televisão, da internet etc) com suas nações de origem. Os imigrantes “transportam” as culturas nacionais para diferentes destinos e as nações se tornam “portáteis” (Anderson, 2005). Entretanto, nessa transposição cultural ocorre sempre a incorporação de novos valores e costumes dos países de destino, principalmente pelas novas gerações, no fluxo permanente dos contatos e dos choques culturais.

As migrações internacionais movimentam as nações e redefinem as fronteiras nacionais. Os deslocamentos populacionais nas zonas de fronteiras entre dois ou mais países, denominados de migrações fronteiriças, também geram muitas tensões e questionam os limites aparentemente fixos dos Estados nacionais. As imagens cristalizadas e delimitadas dos mapas das nações não correspondem à dinâmica da vida nos espaços fronteiriços.

Os fluxos de brasileiros em território paraguaio são bastante intensos desde o contexto da década de 1970. Eles ampliaram a fronteira entre as duas nações e movimentaram as fronteiras nacionais. O território de domínio de brasileiros e seus descendentes é um espaço singular, uma zona de muitas fronteiras políticas, culturais e simbólicas. Neste território há um domínio do agronegócio de empresários brasileiros, há vários vereadores e prefeitos brasileiros nestes municípios de forte presença migratória e uma ampla variedade de manifestações culturais brasileiras (língua portuguesa, festas com músicas brasileiras, folclore regional do Brasil e sinais de rádios e TVs brasileiras).

A presença significativa desses imigrantes e o poder econômico, político e cultural que eles estão consolidando no país vizinho redefinem as fronteiras entre o Brasil e o Paraguai. A primeira impressão para aquele que visita essas “comunidades” é que o limite internacional foi deslocado a partir da década de 1970 e que essas cidades são “*um pedaço do Brasil no Paraguai*” ou “*um Estado dentro do outro*”. Mas o fenômeno é mais complexo. O processo migratório ocasionou um alargamento da faixa de fronteira entre os dois países. Estamos acostumados a pensar a zona de fronteira somente como os lugares situados nas imediações dos limites políticos, como no caso de Cidade do Leste-Foz do Iguaçu, Salto de Guairá- Guairá-Mundo Novo e Pedro Juan Caballero - Ponta Porã. Todos os fenômenos de mistura cultural e de afirmação de identidades nacionais que ocorrem em cidades classicamente definidas como fronteiriças acontecem também nesses municípios que estão situados num raio de até 100 km ou mais do limite internacional, como Santa Rita, Naranjal, Santa Rosa, San Alberto, Mbaracayu etc.

Embora os Estados estabeleçam suas zonas oficiais de segurança e soberania nacionais, os limites políticos e culturais dos Estados nacionais não são bem definidos nessa ampla faixa de fronteira. O Estado paraguaio está presente através da reivindicação do monopólio da lei, das armas e do sistema educacional. Mas a nação brasileira também se encontra mediante o domínio da língua portuguesa, das tradições culturais e dos meios de comunicação de massa. Esse amplo território de fronteira é ao mesmo tempo um espaço em que se fundem duas nações e, portanto, de muitas misturas culturais, mas também um lugar de disputa política e econômica entre dois países com desenvolvimento econômico desigual. O desequilíbrio de poder entre as nações se reflete nas micro-relações sociais entre os moradores das regiões fronteiriças. A fronteira não se alarga da mesma forma no território paraguaio e brasileiro. A imigração paraguaia no Brasil é bastante reduzida, sendo mais expressiva no Mato Grosso do Sul¹. O movimento é mais intenso em direção ao interior do Paraguai e este país vai se convertendo numa ampla faixa de fronteiras.

1



2. Fronteiras em movimento

A imigração fronteiriça no Paraguai produz muitas fronteiras. Não se trata somente da fronteira entendida como limite político e jurídico entre o cidadão e o estrangeiro. As várias dimensões desse fluxo migratório podem ser compreendidas a partir da noção de fronteiras em movimento. Esse conceito busca compreender a dinâmica desta imigração fronteiriça a partir do entendimento da fronteira como frente de expansão, lugar de afirmação das identificações nacionais e, ao mesmo tempo, espaço de hibridismo cultural e de identidades híbridas e ambíguas.

O termo no singular - *fronteira em movimento* - vem da geopolítica e da geografia política dos séculos XIX e XX. A geopolítica é uma visão de domínio sobre um determinado espaço geográfico como área estratégica de poder. As estratégias geopolíticas visam ocupar os denominados “espaços vazios” e garantir a expansão e unidade de um território nacional. Nessa perspectiva, as fronteiras estatais não são estáticas, são como organismos vivos ou *fronteiras vivas* e se estruturam mediante processos de expansão ou retração. Os Estados nacionais estão em constante movimento, comandados por forças centrípetas ou centrífugas. No caso brasileiro, a ação dos bandeirantes, pioneiros, militares e diplomatas contribuíram bastante para o deslocamento das fronteiras fixadas nos primeiros tratados do período colonial.

As palavras inglesas *border* e *frontier* permitem diferenciar dois sentidos do termo fronteira: *border* seria a fronteira como divisão política e administrativa, já *frontier* é a idéia de expansão, de conquista, de movimento constante. A fronteira passa a ser entendida como uma zona de transição entre um espaço geográfico ocupado de maneira estável e contínua por uma sociedade nacional e um outro que, desde a perspectiva dominante desta sociedade, se encontra livre, embora já esteja ocupado por povos indígenas e posseiros (Reboratti, 1978).

Na década de 1970, antropólogos e sociólogos brasileiros começam a realizar análises críticas sobre as denominadas frentes pioneiras. O cenário privilegiado desses estudos empíricos foi o chamado desenvolvimento capitalista na Amazônia durante o regime militar (1964-85). Os autores redefinem as denominadas zonas pioneiras como frentes de expansão econômica e demográfica que entram em contradição e conflito com outros grupos sociais e étnicos. Esses pesquisadores se posicionam a partir dos setores marginalizados e passam a perceber as disputas de classe e étnicas entre os “modernos” setores capitalistas e os grupos excluídos das frentes de expansão capitalista (Oliveira, 1972; Ribeiro, 1996; Martins, 1997). As frentes de expansão produzem outras fronteiras culturais e simbólicas na relação entre os ideólogos do progresso e as comunidades camponesas e indígenas.

Conforme Martins (1997), a realidade fronteiriça deve ser compreendida como um lugar de conflito e alteridade entre “nós” e os “outros” e como um espaço de várias temporalidades. A fronteira em movimento é formada a partir de diferentes frentes (demográfica, econômica, pioneira etc) que entram em conflito e obedecem a distintas visões de mundo. Camponeses, posseiros e seringueiros tradicionais fazem parte da frente de expansão e se chocam com as comunidades indígenas que já estão ocupando esses territórios. Com a chegada dos agentes da civilização e da modernização (pioneiros, empresários, empresas multinacionais etc), os conflitos se acentuam. Neste cenário, ocorrem extermínios, negação do outro e descoberta da alteridade. Estas frentes não estão separadas na realidade social. Grandes empresas capitalistas, empreendimentos estatais e posseiros podem chegar, no mesmo momento, em determinadas regiões e gerarem várias formas de conflitos e alianças táticas.

Esta abordagem é bastante útil para pensar a imigração brasileira no Paraguai como uma frente de expansão em território paraguaio, pois também naquele espaço geográfico do outro lado do limite internacional brasileiro, existem estas diferentes frentes em movimento e em conflito por terras, recursos naturais e pela faixa do território nacional.

A forte imigração brasileira no contexto da década de 1970 pode ser vista como um movimento planejado e espontâneo, um desdobramento da denominada *Marcha para o Oeste* iniciada no governo de



Getúlio Vargas (1930-45). As fronteiras internas de ocupação econômica do território nacional se transformam em fronteiras externas quando os brasileiros ultrapassam os limites oficiais do Estado nacional e continuam se movimentando no interior dos países vizinhos. As fronteiras de colonização agrícola não são somente econômica e demográfica, mas também política e cultural. No interior do Brasil, essas fronteiras econômicas modificam e destroem culturas camponesas e indígenas. No Paraguai, há, por um lado, os conflitos e os confrontos de visões de mundo entre a mentalidade capitalista dos “pioneiros” e as culturas indígenas e camponesas paraguaias, semelhantes aos que ocorrem no Brasil, mas, por outro lado, as tensões se ampliam porque entram em jogo os sentimentos nacionalistas e as diferenças entre ser cidadão e ser estrangeiro.

Neste contexto de intensos conflitos, as fronteiras (enquanto barreiras, diferenças) das identidades nacionais são erguidas e reforçadas através de diferentes formas de auto-classificação e de classificação dos outros. A frente de expansão em território paraguaio não se restringe a dimensão econômica e política. Ela se constitui como um complexo espaço de afirmação de diferenças nacionais entre brasileiros e paraguaios.

Para alguns autores, os intensos contatos entre os grupos nacionais nos territórios fronteiriços não dissolvem as diferenças culturais e simbólicas. Pelo contrário, as identidades nacionais se fortalecem na zona de fronteiras. O Estado nacional constrói os limites políticos e os agentes locais criam variados sentidos para esse limite estatal e criam outras fronteiras culturais (Sahlins, 2000; Río, 1998). A fronteira não se caracteriza apenas pela metáfora do *cruzador de fronteiras* (fluxos e misturas culturais), mas também pela do *reforçador de fronteiras* (fortalecimento das identidades nacionais).

O reforço das identidades nacionais se configura de diferentes formas no contexto da imigração brasileira no Paraguai. Muitos brasileiros reforçam suas tradições culturais, falam somente em português, assumem o discurso do trabalho e desvalorizam a cultura paraguaia, os idiomas guarani e espanhol, a maneira de trabalhar dos paraguaios etc. Por sua vez, os paraguaios reforçam a língua guarani, as memórias da Guerra da Tríplice Aliança (1865-70) e acusam os brasileiros de “invasores”, “expansionistas”, “estrangeiros” etc.

Entretanto, as fronteiras em movimento são também espaços de muitas misturas e fluxos culturais. A fronteira é percebida também como travessia, lugar de passagem, de contato e espaço privilegiado para integração entre as nações. O Estado nacional não é o detentor de uma cultura homogênea, o que existe são fluxos, “entre-lugares” e hibridismo cultural (Hannerz, 1997). A zona fronteiriça se caracteriza por uma mescla de culturas e de identidades. “*La frontera es una gramática abierta, um texto inconcluso que se elabora desde múltiples miradas y acepta muchas lecturas*” (Arce, 2000). Os limites políticos não correspondem aos limites culturais. As fronteiras entre países são espaços de trocas e de fragmentações culturais (Anzaldúa, 1987; Arce, 2000; Lugo, 2003).

Apesar dos vários conflitos e das afirmações das diferenças culturais e políticas entre brasileiros e paraguaios, no “espaço brasiguai” (Souchaud, 2002) há também integração e muitas misturas culturais. O próprio termo “brasiguai”, denominação usada geralmente como forma de classificação genérica para esses imigrantes, já simboliza o hibridismo e a ambigüidade da identidade de fronteiras. Os brasileiros e os seus descendentes continuam se comunicando em português no ambiente familiar, aprendem o espanhol na escola e algumas palavras em guarani no convívio com os paraguaios. Nesta zona de fronteiras aparece um idioma novo - o portuguêsol -, uma mistura entre o português, espanhol e guarani. Além do hibridismo lingüístico, os brasileiros costumam tomar o tererê, bebida paraguaia, e já participam de projetos escolares de “resgate” da música paraguaia.

As *fronteiras em movimento* são espaços sociais de tensões, contradições e junções. As zonas de fronteiras são campos de força e choques políticos e simbólicos, mas também de variadas misturas culturais e formas de integração. Essa complexa realidade fronteiriça não pode ser apreendida através de categorias sociológicas separadas. Os próprios conceitos se misturam e entram em tensão na tentativa de



compreensão do fenômeno fronteiriço. Os conflitos entre fazendeiros brasileiros e camponeses paraguaios não podem ser compreendidos unicamente a partir do conceito de luta de classes. Essa categoria simplifica uma realidade bem mais complexa. Os confrontos na frente de expansão brasileira em território paraguaio envolvem dimensões de conflitos de classe, étnicos, internacionais e civilizacionais.

3. Conflitos na zona de fronteiras

A maioria dos conflitos que ocorreu, na última década, na fronteira leste do Paraguai foi ocasionado por disputas de terra entre os movimentos camponeses paraguaios e imigrantes brasileiros que são proprietários de fazendas naquele país. A respeito disso, algumas observações preliminares são importantes: 1) os movimentos camponeses, embora “invadam” predominantemente as propriedades dos brasileiros, também ocupam grandes extensões de outros estrangeiros que vivem no Paraguai (alemães, *menonitas*, árabes, coreanos, chineses e norte-americanos) e dos próprios latifundiários paraguaios, principalmente de militares que conseguiram grandes faixas de terra durante a Ditadura de Stroessner (1954-89); 2) os conflitos envolvendo “brasiguaios” e “campesinos” não se resumem à disputa pela terra, estão relacionados à destruição florestal e uso de agrotóxicos nas lavouras de soja, ao confronto político entre camponeses e prefeitos brasileiros e às tensões com a polícia paraguaia.

O aumento extensivo e intensivo do plantio de soja e do uso de agrotóxicos, por parte de agricultores brasileiros e outros empresários agrícolas, atinge as áreas de colonização camponesa. A terra se torna cada vez mais valorizada nos departamentos produtores de soja. No Alto Paraná, o preço por hectare em 2003 passou de 1.200 para 2.000 dólares. Não há mais “terras novas e desocupadas” a serem colonizadas nessa região. Os empresários agrícolas, na busca por terras menos valorizadas, estão comprando ou arrendando terras dos próprios camponeses em departamentos vizinhos. Neste movimento de expansão, os enfrentamentos com movimentos camponeses e indígenas se ampliam em várias localidades dos departamentos de Caaguazu, Caazapá, San Pedro e Misiones.

A fronteira é um campo de conflitos de classes, disputas étnicas, tensões nacionalistas e choque entre a civilização capitalista ocidental e as culturas camponesas e indígenas. As fronteiras são múltiplas e os conflitos variados, misturados e não estão claros nas mentes dos próprios sujeitos sociais. Os conflitos entre camponeses paraguaios e empresários agrícolas brasileiros podem ser analisados a partir dos confrontos de classe, etnia, nação e civilização.

Os camponeses paraguaios e os imigrantes brasileiros que possuem grandes plantios de soja podem ser definidos como duas classes sociais situadas em campos diferentes da estrutura agrária. Não se trata da clássica contrariedade capitalista entre os empresários e os trabalhadores assalariados. Os conflitos não são em torno de salários, mas da posse da terra. No movimento de expansão de suas propriedades, os empresários agrícolas ocupam as terras dos camponeses e dos indígenas e ocasionam vários conflitos com os movimentos camponeses locais. As ações políticas da classe camponesa se efetivam mediante a formação de movimentos sociais que reivindicam o direito à terra ocupada por estrangeiros.

Os confrontos entre brasileiros descendentes de alemães e camponeses paraguaios são vistos também como conflitos interétnicos². As comunidades de imigrantes são geralmente definidas pela sociologia e antropologia como grupos étnicos. A crença subjetiva numa comunhão e as lembranças de origem comum acentuariam, nos imigrantes, o sentimento de pertença e a honra de fazer parte de uma comunidade com diferentes costumes e outros aspectos externos de diferenciação (Weber, 1994). As fronteiras entre os conceitos de etnia e nação não são claras. As nações são também “comunidades

2



imaginadas” que se fundamentam em lembranças e esquecimentos de um passado em comum e na crença de uma comunhão de destino (Anderson, 1993; Bauer, 2000).

As nações sem Estado pouco se diferenciam das etnias, mas o Estado-nação se distingue dos grupos étnicos. Quando um grupo classificado como étnico consegue a independência nacional, ele deixa de ser identificado como etnia e passa a ser visto como uma nova nação ou Estado nacional. A relação entre os Estados nacionais e os grupos étnicos é bastante ambígua e tensa. Os Estados tanto podem destruir as etnias existentes em seu território em nome da homogeneidade cultural, mas também têm o poder de reconhecer esses grupos e desenvolver políticas públicas específicas num cenário de respeito ou tolerância ao “diferente”.

Esses imigrantes brasileiros, muitas vezes classificados como “brasiguaios”³, já foram vistos como um grupo étnico (Sprandel, 1992). Sprandel define-os como um grupo social específico que se diferencia dos paraguaios e dos brasileiros. A identidade étnica dos “brasiguaios” está relacionada com uma ação política estratégica de criação de uma auto-imagem de “homens e mulheres sem pátria” e um reconhecimento pelos meios de comunicação, igreja, políticos e setores governamentais desse grupo distinto que não seriam nem brasileiros e nem paraguaios. Na minha perspectiva, a identidade “brasiguaiia” sintetiza um pouco a complexa realidade fronteiriça e é derivada dos conflitos de classe e das tensões étnicas e nacionalistas.

As disputas entre camponeses e plantadores de soja se transformam num confronto entre brasileiros e paraguaios. Os sentimentos nacionalistas em relação ao território e à língua guarani e os ressentimentos do período da “Guerra do Paraguai” afloram nos discursos dos camponeses paraguaios e os brasileiros são acusados de “invasores”, “novos bandeirantes”, “herança de Stroessner” etc. Por sua vez, os imigrantes brasileiros assumem também uma postura nacionalista e destacam sua superioridade tecnológica e cultural. Eles se autodefinem como “trabalhadores”, “pioneiros” e pertencentes a um país mais desenvolvido.

Nessas regiões fronteiriças, os nacionalistas brasileiros geralmente enfatizam o tamanho do território e o desenvolvimento tecnológico e econômico do Brasil comparado com os outros países vizinhos. A nação brasileira geralmente é vista como uma “grande potência” pelos próprios brasileiros, mas também por paraguaios, uruguaios, argentinos, bolivianos etc. No contraste fronteiriço, muitos brasileiros são reconhecidos e se consideram superiores e melhores. O sentimento e o orgulho nacional são fortalecidos na comparação direta com os outros países menores.

Por sua vez, o nacionalismo de alguns países vizinhos, especialmente o Paraguai, se constitui como uma espécie de reação às políticas dos países mais poderosos da região. O nacionalismo paraguaio se firma no contraste com a Argentina e com o Brasil desde o período de sua independência em 1811. Ele está relacionado à noção de resistência militar e cultural e manifesta-se através das memórias das guerras (Guerra da Tríplice Aliança e Guerra do Chaco) e da defesa do língua guarani com elemento cultural que distingue a nação paraguaia dos demais países limítrofes.

As disputas em torno da defesa do território nacional e a aprovação da lei de segurança fronteiriça no final de 2004 remetem à tensão permanente entre os processos de integração supranacional e os nacionalismos. Desde o começo de 1995, o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai formaram o Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul). O tratado de fundação do Mercosul previa a facilidade de circulação de mercadorias, a diminuição e eliminação de taxas alfandegárias, mas também a livre circulação de trabalhadores. Intelectuais e movimentos sociais supranacionais lutaram pela implementação da “livre circulação de trabalhadores” entre os quatro países, ou seja, os imigrantes desses países, inclusive os “brasiguaios”, deixariam de existir juridicamente e todos seriam cidadãos do Mercosul. Entretanto, essa



medida não foi aprovada pelos parlamentos dos respectivos países, pois todos enfrentam problemas relacionados com as “indesejáveis” imigrações fronteiriças.

Os países do Mercosul não querem perder suas respectivas soberanias nacionais e terminam acentuando os sistemas de controle nas fronteiras nacionais. Em 2004, o parlamento paraguaio aprovou a lei de segurança fronteiriça, que proíbe a venda de terras para os estrangeiros dos países limítrofes num raio de 50 quilômetros a partir do limite político internacional. A medida atinge principalmente os imigrantes brasileiros que vivem no Paraguai. A principal justificativa para aprovação dessa lei foi o fato de tanto o Brasil como a Argentina terem legislações semelhantes (150 km e 100 km respectivamente).

Os conflitos nacionais ocasionam choques civilizacionais. Conforme a leitura de Elias (1994), as nações francesa e inglesa construíram suas auto-imagens nacionais a partir do conceito de civilização, enquanto que a nação alemã se consolidou com base no conceito singular de cultura. A França e a Inglaterra expandiram a noção de civilização dos costumes, das técnicas e das ciências para vários países que estavam construindo seus imaginários nacionais durante o século XIX. A civilização passou a simbolizar a auto-imagem de superioridade do Ocidente em relação a outros povos e culturas. A elite brasileira incorporou essa concepção na construção da imagem nacional. Os grupos dominantes foram construindo uma representação do Brasil como uma nação civilizada, capaz de superar a barbárie interior (índios, negros, mestiços, “fanáticos”, “Jecas Tatus”), expandir a missão civilizatória nos países vizinhos, especialmente no Paraguai derrotado por uma guerra em nome da civilização, e se identificar com os países “civilizados” da Europa Ocidental e com os Estados Unidos.

A imagem do Brasil como uma nação moderna, civilizada e superior aos países vizinhos continua presente na ideologia de muitos imigrantes brasileiros que vivem no Paraguai e se confrontam com as culturas camponesas e indígenas daquele país. Eles se apresentam como “missionários” da civilização e estariam ensinando aos paraguaios como se tornarem “modernos” e “trabalhadores”. Os conflitos culturais entre imigrantes e paraguaios e os estereótipos construídos nesse cenário de fronteiras aumentam as tensões entre essas “comunidades nacionais”.

Os conflitos de classe, étnicos, nacionais e civilizacionais, que ocorrem no contexto da imigração brasileira no Paraguai, são permeados por relações de poder. As relações sociais cotidianas nas regiões de fronteiras entre dois países com desenvolvimentos econômicos desiguais refletem as assimetrias de poder entre os Estados nacionais. As representações que os imigrantes brasileiros fazem de si mesmos e do seu país de origem e a auto-imagem que os paraguaios constroem de sua nação no contraste com o Estado brasileiro traduzem as relações de dominação econômica, cultural e simbólica do Brasil em relação ao Paraguai.

A auto-identificação dos imigrantes como “trabalhadores”, “pioneiros” e a classificação dos paraguaios como “preguiçosos”, “corruptos” e “subdesenvolvidos” simbolizam assimetrias de poder entre as classes sociais e as nações. Mas as relações de poder entre os grupos sociais não são estáticas e consolidadas. Os grupos subordinados podem adquirir força política e atacar os interesses e as identidades dos grupos estabelecidos. A dinâmica de poder entre os grupos redefine as identidades coletivas.

De acordo com a situação, os descendentes dos imigrantes brasileiros se identificam de diferentes formas. No espaço familiar e no contato direto com os brasileiros, assumem a identidade de brasileiros e se orgulham também de ter a cidadania brasileira. Na relação direta com os paraguaios e em momentos de conflitos pela posse da terra, é mais estratégico assumir a identidade de paraguaio. Às vezes são vistos como “brasiguaios” e muitas vezes negam essa identificação híbrida. As afirmações e as negações das identidades de “brasileiros”, “paraguaios” e “brasiguaios” podem ser analisadas a partir das novas formas de integração cultural e da disputa de poder entre os imigrantes brasileiros e os setores subordinados da sociedade paraguaia.

A própria relação conflituosa entre imigrantes brasileiros, especialmente os que se tornaram grandes produtores de soja, e o movimento camponês paraguaio têm gerado novas formas de integração e



de disputas variadas nas formas de auto-identificação dos imigrantes e seus descendentes e na maneira como são classificados pelos paraguaios. As identidades às vezes são enfatizadas, mas também são ocultadas conforme o jogo de interesses presente na relação com o outro. Na vida cotidiana da fronteira, outras identidades sociais (regionais e étnicas) são menos visíveis na relação direta dos brasileiros com os paraguaios, mas podem se tornar importantes nas formas de classificação entre os imigrantes brasileiros.

Considerações finais

A noção de fronteiras em movimento ajuda a aproximar os conceitos de nação, imigração e fronteira e a perceber a dinâmica dos processos nacionais em seus limites. A imigração fronteiriça é um complexo fluxo de pessoas e mercadorias que constantemente ultrapassa os limites políticos e jurídicos das nações e produz outras fronteiras no contato entre pessoas de nacionalidades, etnias, regiões e classes sociais distintas.

As *fronteiras em movimento* ocasionam destruições, integrações, revelam alteridades e provocam muitas tensões e desequilíbrios de poder. Estudos mais específicos sobre as relações sociais entre os imigrantes, a inserção de “brasileiros” na política paraguaia, a educação dos “brasiguaios”, as misturas lingüísticas do “portuñol” e do “portuguarañol” contribuirão para compreender outros significados não apreendidos neste trabalho.

A noção de *fronteiras em movimento* como espaços de integração, tensão e poder está em construção. Novos estudos sobre os deslocamentos de brasileiros nas nações limítrofes podem contribuir na consolidação de uma nova forma de compreender o Brasil e as relações internacionais com a maioria dos países da América do Sul. O Brasil faz fronteira com dez países⁴ e atualmente existem quantidades significativas de brasileiros vivendo nesses territórios. Os imigrantes brasileiros entram em contatos - tanto harmoniosos como conflituosos - com os vizinhos e na relação entre “nós” e “eles” é produzido todo um conjunto de representações nacionais. Observar as imigrações fronteiriças possibilita uma aproximação das relações econômicas, políticas e culturais das nações vizinhas e podem ampliar a visão que temos desses países e da própria sociedade brasileira.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict (1993). *Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. Traducción de Eduardo Suárez. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1993.

_____. (2005) A nação no século XXI. Palestra de abertura. *Terceiro Encontro de Tensões Mundiais*. Encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, 19/07/2005.

ANZALDÚA, Gloria (1987). *Borderlands/La Frontera: The new mestiza*, San Francisco, USA: Aunt Lute, 1987.

ARCE, José Manuel Valenzuela (2000). Al otro lado de la línea. Representaciones socioculturales en las narrativas sobre la frontera México-Estados Unidos. *Revista Mexicana de Sociología*, México DF, vol. 62, n. 2, Abril-Junio, pp. 125-149



- BAUER, Otto (2000). A nação. BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto.
- ELIAS, Norbert. (1994) *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, vol. 1.
- GRIMSON, Alejandro (org.).(2000) *Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro*. Buenos Aires: La crujía.
- HANNERZ, Ulf. (1997). Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. In: *Revista Mana, Estudos de Antropologia Social*, Vol. 3, n.1, Abril, pp.7-39.
- HOBBSBAWN, Eric J. (1990) *Nações e nacionalismo desde 1780*. Tradução de Maria Célia Paoli. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LESSER, Jeffrey. (2001) *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho. São Paulo: UNESP.
- LUGO, Alejandro. (2003) Reflexiones sobre la teoría de la frontera, la cultura y la nación. In: MICHAELSEN, Scott; JOHNSON, David E. (comp.). *Teoría de la frontera: los límites de la política cultural*. Traducción de Gabriela Ventureira. Buenos Aires: Gedisa.
- MARTINS, José de Souza (1997). *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC.
- MARTINS, Maria Helena (org.). (2002). *Fronteiras culturais: Brasil, Uruguai, Argentina*. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso (1972). *O índio e o mundo dos brancos*. São Paulo: Pioneira.
- PARAGUAY. (2004). Resultados finales. Censo Nacional de Población y Viviendas. Año 2002- Total País. Fernando de la Mora: DGEEC.
- REBORATTI, Carlos E. (1978). Migraciones y frontera agrária: Argentina y Brasil en la cuenca del Alto Paraná-Uruguay. *Cuaderno del CENEP*, Cuernavaca, México, n.08.
- RENAN, Ernest.(2000) Qué es una nación? In: BRAVO, Álvaro Fernández (Comp.). *La invención de la nación*. Buenos Aires: Manantial.
- RIBEIRO, Darcy. (1996). *Os índios e a civilização*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.
- RÍO, José Maria Valcuende del. (1998). *Fronteras, territorios e identificaciones colectivas*. Sevilla, Espanha: Fundación Blas Infante.
- SAHLINS, Peter. (2000). Repensando Boundaries. In: GRIMSON, Alejandro (org.) *Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro*. Buenos Aires: La crujía.
- SAYAD, Abdelmalek.(1998). *A imigração ou os paradoxos da alteridade*; prefácio de Pierre Bourdieu, tradução de Cristina Murachco. São Paulo: Editora da USP.
- SEYFERTH, Giralda. (1997). A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Revista Mana, Estudos de Antropologia Social*, Vol. 3, n.1, Abril de 1997, pp.7-39.
- SOUCHAUD, Sylvain. (2002). *Pionniers brésiliens au Paraguay*. Paris: éditions Karthala.
- SPRANDEL, Márcia Anita. (1992). *Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- WEBER, Max. (1994). Relações comunitárias étnicas. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília, DF: UnB, vol 1.



Notas de rodapé

Conforme estimativas do Ministério de Relações Exteriores do Brasil, cerca de 80 mil paraguaios moram no Mato Grosso do Sul, incluindo os índios paraguaios que migram para o lado brasileiro para adquirir melhores cuidados de saúde. Esses índios também têm uma afinidade cultural com muitas comunidades indígenas sul mato-grossenses que continuam falando o guarani. O principal fluxo migratório paraguaio continua sendo a Argentina. Provavelmente a barreira lingüística entre o português e o espanhol seja um dos motivos que explique a relativa pouca quantidade de paraguaios no Brasil em comparação ao número de paraguaios na Argentina.

² Alguns autores definem os descendentes de imigrantes alemães, italianos, japoneses etc que vivem no Brasil como grupos étnicos e nacionais. Estes reivindicam uma origem comum a um determinado país europeu ou asiático, mas assumem a cidadania brasileira. Esses grupos constroem identidades nacionais hifenizadas de teuto-brasileiro, ítalo-brasileiro, nipo-brasileiro etc. (Seyferth, 1997, Lesser, 2002).

³ A identidade 'brasiguiaia' é imprecisa e bastante mutável. Somente refleti sobre alguns sentidos do termo que consegui sistematizar a partir da pesquisa de campo. Nessa perspectiva, essa categoria nativa pode ser atribuída 1) ao imigrante pobre que foi para o Paraguai, não conseguiu ascender socialmente e que, muitas vezes, regressou ao Brasil; 2) aos grandes fazendeiros brasileiros no Paraguai; 3) aos filhos dos imigrantes que já nasceram naquele país e têm a nacionalidade paraguaia; 4) aos imigrantes e aos descendentes que já misturam a cultura brasileira com elementos da cultura paraguaia; 5) a todos os imigrantes brasileiros que vivem na nação vizinha.

⁴ Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Peru, Venezuela, Suriname, Guiana e Guiana Francesa